



AUTORIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

COLETÂNEA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E DELIBERAÇÕES DA ARC

4.º TRIMESTRE - 2025

Cidade da Praia, 15 de janeiro de 2026

I – Enquadramento

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 72.º dos Estatutos da ARC, aprovados como anexo à Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 106/IX/2020, de 14 de dezembro, o Conselho Regulador da ARC, reunido na sua 1.ª sessão extraordinária, no dia 15 de janeiro do ano de 2026, aprovou a presente coletânea, que contém o resumo das principais deliberações e atividades em que o coletivo da ARC esteve envolvido, ao longo do 4.º trimestre (outubro, novembro e dezembro) de 2025, documento que se submete à consideração da Mesa da Assembleia Nacional.

II – Atividades

Atividades realizadas e eventos em que participaram, em representação da ARC, técnicos desta e membros do Conselho Regulador:

- No dia 17 de outubro, a Presidente do Conselho Regulador da ARC, acompanhada de um Membro do Conselho Regulador e da Técnica de Relações Públicas, participaram no Fórum sobre *Fact Checking*, que ocorreu em São Vicente e durante o qual foi apresentado o projeto do Centro de Verificação dos Factos de Cabo Verde.
- No dia 15 de outubro, o Membro do Conselho Regulador e Vice-Presidente da ARC, Dra. Augusta Teixeira, participou na cerimónia de comemoração do aniversário do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, que teve lugar na cidade da Praia.
- No dia 20 de outubro, a Presidente do Conselho Regulador da ARC participou como convidada e juntamente com um Técnico da ARC, na Conferência do Dia Mundial da Estatística 2025, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), na cidade da Praia.

- No dia 30 de outubro, a ARC recebeu do Tribunal de Contas um documento intitulado de Relato, acompanhado de citações individuais aos membros do Conselho Regulador, ao Secretário Executivo e à Técnica Financeira, no qual se solicitava esclarecimentos sobre alguns aspetos da conta de gerência da ARC, referente ao ano de 2019.
- No dia 4 de novembro, a Presidente do Conselho Regulador da ARC, Dra. Arminda Barros, participou, por via de videoconferência, na conferência da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de Portugal (ERC) alusiva ao seu XX Aniversário, que teve como tema “20 anos de regulação: a comunicação social e o futuro digital.
- Nos dias 11 e 12 de novembro, o Membro do Conselho Regulador e Vice-Presidente da ARC, Dra. Augusta Teixeira, participou na 4ª Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE2025), evento que se realizou na cidade da Praia.
- No dia 11 de novembro, o Membro do Conselho Regulador, Dr. Alfredo Pereira, manteve um encontro com o Reitor e o Pró-Reitor da Universidade de Cabo Verde, durante o qual trataram de questões relacionadas com o protocolo para a implementação do Centro de Verificação de Factos.
- De 13 a 16 de novembro, o Membro do Conselho Regulador, Dr.ª Augusta Teixeira, participou no Fórum Internacional LER ÁFRICA IBERO AMÉRICA, que decorreu na cidade do Tarrafal de Santiago.
- Nos dias 20 e 21 de novembro, a Presidente e um Membro do Conselho Regulador participaram na conferência internacional sobre “O direito à informação na era digital”, em Salé, Reino de Marrocos, a convite da Alta Autoridade da Comunicação Audiovisual (HACA).

- Nos dias 1 e 2 de dezembro, o Membro do Conselho Regulador, Dr. Alfredo Pereira, participou, em Dakar, no I Fórum de Diálogo entre a REFRAM, a RIARC e as “Grandes Plataformas Digitais”, organizado pelo Conselho Nacional de Regulação Audiovisual do Senegal (CNRA), com apoio da Organização Internacional da Francofonia (OIF).
- Nos dias 4 e 5 de dezembro, o Membro do Conselho Regulador, Dra. Augusta Teixeira, representou a ARC no III Congresso de Educação Inclusiva, realizado no âmbito das celebrações dos 50 anos da Independência Nacional.
- No dia 8 de dezembro, a Presidente do Conselho Regulador e duas técnicas do Departamento Jurídico participaram no seminário intitulado “Regulação e Constituição, a convite da Universidade de Santiago.
- No dia 10 de dezembro, a ARC, a AJOC e a Uni-CV assinaram um protocolo para a implementação do centro CV-Fact, projeto que conta com o financiamento do Escritório Conjunto das Nações Unidas em Cabo Verde.
- No dia 16 de dezembro, a Presidente do Conselho Regulador da ARC, Dra. Arminda Barros, na qualidade de Presidente da PER, presidiu uma reunião da PER, por via de videoconferência, em que foi apresentada a proposta desta Plataforma das Entidades Reguladoras da CPLP de se candidatar a membro do “Global Forum of Networks” da UNESCO.

III – Reuniões e deliberações do Conselho Regulador

Ao longo do quarto trimestre do ano de 2025 (outubro, novembro e dezembro), o Conselho Regulador reuniu-se por oito (8) vezes, sendo seis (6) em sessões ordinárias e duas (2) em sessões extraordinárias, tendo adotado as deliberações que a seguir e

resumidamente se elenca:

Deliberação da reunião ordinária de 14 de outubro

- Que validou a lista de enquadramento do pessoal da ARC em exercício de funções, nas Carreiras, Categorias e Grupos Profissionais, previstos no Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR) da ARC.
- Que aprovou as recomendações ao operador radiofónico responsável pelo serviço de programas da Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água, no seguimento da missão de fiscalização.
- Que aprovou as recomendações ao operador televisivo responsável pelo serviço de programas TVA, no seguimento da missão de fiscalização.

Deliberação da reunião extraordinária de 22 de outubro

- Que condenou a TCV ao pagamento de uma coima no valor de 350.000\$00 (trezentos e cinquenta mil escudos cabo-verdianos), no seguimento do processo de contraordenação instaurado à RTC S.A., por ingerência na grelha de conteúdos da TCV, ao condicionar a deslocação da equipa da TCV para a realização do programa “Show da Manhã”, considerando que tal conduta configura violação das normas constantes nos números 1, 6 e 8 do Artigo 40.º da Lei da Televisão (Lei nº 90/VIII/2015, de 4 de junho), as quais asseguram a autonomia editorial dos serviços e programas da televisão pública.

Deliberações da reunião ordinária de 28 de outubro

- Que apreciou o recurso interposto pelo cidadão Bernardino Gonçalves, por alegada denegação do exercício do direito de resposta pela TCV, tendo o Conselho Regulador considerado que a conduta daquele serviço de programas, ao

condicionar o exercício de direito de resposta à realização de uma entrevista, produziu efeitos equivalentes à denegação desse direito, impedindo o exercício efetivo do mesmo e violando o enquadramento legal aplicável.

- Que condenou o Casino Royal ao pagamento de uma coima de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), no âmbito do processo de contraordenação que lhe foi instaurado por afixação de cartazes publicitários nas ruas e artérias da cidade de Santa Maria, na ilha do Sal.
- Que determinou a abertura de um Processo de Averiguação à TV Cidade, no seguimento da apreciação de um Auto de Notícia submetido pelo Departamento de Análise e Supervisão de Média, no âmbito da monitorização dos conteúdos emitidos por aquele serviço de programas televisivos, em que se detetou indícios de infração de algumas disposições do Código de Publicidade.
- Que determinou a abertura de um Processo de Averiguação à Record TV - Cabo Verde, no seguimento da apreciação de um Auto de Notícia submetido pelo Departamento de Análise e Supervisão de Média, no âmbito da monitorização dos conteúdos emitidos por aquele serviço de programas televisivos, em que se detetou indícios de eventual violação dos artigos 3.º e 8.º do Código de Publicidade.

Deliberações da reunião ordinária de 11 de novembro

- Que admitiu a queixa apresentada pelo Movimento para a Democracia (MpD) contra a TCV, por alegado tratamento discriminatório na cobertura editorial.
- Que aprovou o relatório de fiscalização realizada à Televisão Independente de Cabo Verde (TIVER), propriedade da Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento, S.A.

- Que mandou baixar ao Departamento Jurídico e de Resolução de Litígios, para análise, o pedido de esclarecimento do jornalista António Teixeira, sobre a legalidade de alegada reativação do Conselho de Redação da TCV.

Reunião extraordinária de 17 de novembro

Desta reunião não saiu nenhuma deliberação, tendo o Conselho Regulador reunido com um único ponto na agenda que era análise da situação da TCV, que presumivelmente se encontrava sem Diretor ou responsável de conteúdos.

Deliberação da reunião ordinária de 25 de novembro

- Que homologou o Relatório do Concurso para preenchimento de duas vagas na categoria de Técnico de Nível I, sendo um para o Departamento Jurídico e de Resolução de Litígios e outro para o Departamento de Finanças, Planeamento e Recursos Humanos.
- Que condenou a Rede Record de Televisão – Cabo Verde, SA, proprietária da Record TV Cabo Verde, ao pagamento de uma coima no valor de 50.000\$00 ECV (cinquenta mil escudos cabo-verdianos), uma vez verificada, no âmbito do processo de contraordenação que lhe foi instaurado, que houve por parte da mesma incumprimento do dever de proteção da privacidade, dignidade e segurança de pessoas envolvidas em processos-crime, com especial atenção às vítimas de tráfico de pessoas.
- Que aprovou as determinações e recomendações ao operador radiofónico, Associação Comunitária Movimento para o Desenvolvimento Cultural, Recreativo e Preservação da Morna Bravense, proprietária da Rádio Comunitária Voz di Djabraba.

Deliberações da reunião ordinária de 9 de dezembro

- Que procedeu à nomeação de 2 (dois) técnicos superiores para integrarem o quadro de pessoal da ARC.
- Que autorizou adendas aos contratos em vigor do pessoal de apoio operacional, vinculados à ARC em regime de prestação de serviço.
- Que aprovou os termos de resposta ao pedido de esclarecimento relativo a alegada reativação do Conselho de Redação da TCV, solicitado pelo jornalista da TCV, António Teixeira.

Deliberações da reunião ordinária de 23 de dezembro

- Que deu por verificada, no âmbito de um processo de contraordenação, que a transmissão de um videoclipe alusivo ao X Aniversário da empresa “DB Protect”, no serviço de programas da TV Cidade, pelo seu teor promocional, configura atividade publicitária da referida marca e que, como tal, viola os princípios de identificabilidade dos conteúdos publicitários, por não ter sido acompanhada de sinalização e/ou separador do conteúdo publicitário, como determinam os artigos 6.º e 8.º do Código de Publicidade.
- Que determinou a suspensão da licença para o exercício da atividade televisiva atribuída à Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento, S.A. proprietária da Televisão Independente de Cabo Verde (TIVER), até à sanção das irregularidades e eliminação das ilegalidades detetadas no âmbito da missão de fiscalização de 2025, ao abrigo do disposto no n.º 24 do ponto I (Deveres) das Condições Gerais, anexas ao Alvará concedido ao operador televisivo, e nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 33.º da Lei da Televisão.

- Que admitiu o pedido de reapreciação da Deliberação N.º 78/ CR-ARC/2025, de 9 de dezembro, relativa a solicitação de esclarecimento por um jornalista sobre a alegada reativação do Conselho da Redação da TCV, e mandou baixá-lo ao Departamento Jurídico, para análise.
- Que procedeu à renovação do título habilitador para o exercício da atividade de radiodifusão à Mosteiros FM - Sociedade Unipessoal Limitada, proprietária do serviço de programas radiofónico homónimo.

Cidade da Praia, 15 de janeiro de 2026

A Presidente do Conselho Regulador

Arminda Pereira de Barros